

HÉLIO PINHEIRO PINTO
MANOEL CAVALCANTE DE LIMA NETO
ALBERTO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA
LORENA CARLA SANTOS VASCONCELOS SOTTO-MAYOR
LUCIANA RAPOSO JOSUÉ LIMA DIAS

Coordenadores

CONSTITUIÇÃO,
DIREITOS FUNDAMENTAIS E POLÍTICA

ESTUDOS EM HOMENAGEM AO PROFESSOR
JOSÉ JOAQUIM GOMES CANOTILHO

Belo Horizonte



2017

© 2017 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Flávio Henrique Unes Pereira
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alexandre Coutinho Pagliarini	Gustavo Justino de Oliveira
André Ramos Tavares	Inês Virgínia Prado Soares
Carlos Ayres Britto	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Mário da Silva Velloso	Juarez Freitas
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Luciano Ferraz
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Lúcio Delfino
Clovis Beznos	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Cristiana Fortini	Márcio Cammarosano
Dinorá Adelaide Museetti Grotti	Marcos Ehrhardt Jr.
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Egon Bockmann Moreira	Ney José de Freitas
Emerson Gabardo	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Fabício Motta	Paulo Modesto
Fernando Rossi	Romeu Felipe Bacellar Filho
	Sérgio Guerra



Lúis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Normalização: Mirian Ferreira Alves – CRB-4: 2.131

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

C756 Constituição, direitos fundamentais e política: estudos em homenagem ao professor José Joaquim Gomes Canotilho / Hélio Pinheiro Pinto, Manoel Cavalcante de Lima Neto, Alberto Jorge Correia de Barros Lima, Lorena Carla Santos Vasconcelos Sotto-Mayor, Luciana Raposo Josué Lima Dias. – Belo Horizonte : Fórum, 2017.
563 p.
ISBN: 978-85-450-0185-0

1. Direito Constitucional. 2. Política. 3. Canotilho, José Joaquim Gomes. I. Pinto, Hélio Pinheiro. II. Lima Neto, Manoel Cavalcante de. III. Lima, Alberto Jorge Correia de Barros. IV. Sotto-Mayor, Lorena Carla Santos Vasconcelos. V. Dias, Luciana Raposo Josué Lima. VI. Título.

CDD 342
CDU 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PINTO, Hélio Pinheiro (Coords.). et al. *Constituição, direitos fundamentais e política: estudos em homenagem ao professor José Joaquim Gomes Canotilho*. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 563 p. ISBN 978-85-450-0185-0.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

FERNANDO TOURINHO DE OMENA SOUZA, HÉLIO PINHEIRO PINTO	15
1 José Joaquim Gomes Canotilho: um cidadão pleno, um juspublicista de quilate	15
2 A evolução do pensamento do Professor Doutor Gomes Canotilho: da Constituição dirigente à Constituição dirigida	17

A CONTRIBUIÇÃO DE JOSÉ JOAQUIM GOMES CANOTILHO AO DEBATE JUDICIÁRIO SOBRE OS DIREITOS SOCIAIS: A NECESSIDADE DE INTEGRAR NOVOS OLHARES SOBRE OS PROBLEMAS JURÍDICOS

HUMBERTO MARTINS	21
Introdução	21
1 A teoria dos direitos econômicos, sociais e culturais a partir da obra de José Joaquim Gomes Canotilho	22
2 O Agravo em Recurso Extraordinário (ARE) nº 727.864/PR: estado do Paraná <i>vs.</i> Ministério Público Estadual	26
Conclusão: a necessidade de convergência entre a interpretação constitucional e a análise da realidade.....	30
Referências	31

A SOLUÇÃO DE J. J. GOMES CANOTILHO PARA O PROBLEMA DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR ACTOS LÍCITOS: ALGUNS APONTAMENTOS

ANA CLÁUDIA NASCIMENTO GOMES	33
Apresentação e motivação	33
1 O pretexto e o contexto	35
2 Fontes doutrinárias e estrutura da obra	38
3 Síntese da obra, com destaque para alguns trechos. Delineação da responsabilidade do Estado por actos lícitos.....	39
4 A gestão futura da obra <i>Constituição Dirigente e vinculação do legislador</i>	47
5 Algumas nossas deduções e percepções.....	48
Referências.....	49

TRANSFUGUISMO POLÍTICO E A PERDA DE MANDATO PARLAMENTAR POR INFIDELIDADE PARTIDÁRIA: O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COMO “PODER CONSTITUINTE” AUTOPROCLAMADO	
HÉLIO PINHEIRO PINTO	51
Introdução	51
1 Transfuguismo político e infidelidade partidária: conceito, causas e efeitos.....	52
2 Transfuguismo político em alguns países: França, Itália, Espanha e Portugal	55
3 Representação parlamentar e o renascimento do mandato imperativo: o mandato imperativo de partido	58
4 (In)fideli­dade partidária no Brasil: colocação do problema.....	59
5 Entendimento atual do STF: perda de mandato parlamentar por infidelidade partidária	62
5.1 Considerações preliminares.....	62
5.2 “Babel partidária”: proliferação de partidos políticos e “nomadismo” parlamentar	63
5.3 Argumentos dos ministros: o STF como um “poder constituinte” autoproclamado	65
5.4 Análise crítica dos argumentos dos ministros do STF.....	66
5.5 Estratégia política de atores políticos: a delegação do poder de decisão política para o STF	70
Conclusões.....	72
Referências	74

QUADRO DE UMA DOGMÁTICA DO DIREITO À PROTEÇÃO DA SAÚDE NA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL: DIÁLOGOS COM A CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA	
IAN PIMENTEL GAMEIRO	77
Introdução	77
1 Localização topográfica.....	78
1.1 Fundamentalidade formal	78
1.2 Fundamentalidade material.....	79
2 Princípios fundantes	80
2.1 Universalidade.....	81
2.2 Generalidade.....	82
2.3 Igualdade: sentido geral e sentidos específicos	82
2.4 Proporcionalidade	84
2.5 Democracia ou participação popular	85
3 Sujeitos	85
4 Racionalidade objetiva e subjetiva	86
5 Eficácia e aplicabilidade	89
6 Justiciabilidade.....	90
7 Obrigações gerais do Estado.....	91
7.1 Realização progressiva	91
7.2 Definição de um nível mínimo de realização.....	92
8 Reservas condicionantes do direito à proteção da saúde	93
8.1 Reserva geral imanente de ponderação	93
8.2 Reserva do politicamente adequado ou oportuno	95

8.3	Reserva do financiamento possível	97
	Considerações finais.....	98
	Referências.....	99

A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DIRIGENTE DE J. J. GOMES CANOTILHO LUIZ EDSON FACHIN, MIGUEL GUALANO DE GODOY		101
	Consideração introdutória	101
1	O constitucionalismo dirigente de J. J. Gomes Canotilho e sua importância para o constitucionalismo brasileiro.....	103
2	Casuística.....	107
	Considerações finais.....	109
	Referências.....	109

EFICÁCIA DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS NAS RELAÇÕES PRIVADAS: UMA ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL GILMAR FERREIRA MENDES		113
	Introdução	113
1	Eficácia dos direitos fundamentais no âmbito do direito privado: considerações preliminares	115
2	A doutrina sobre a eficácia direta dos direitos fundamentais	116
3	Direitos fundamentais aplicados às relações privadas na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	118
4	Direitos fundamentais aplicados às relações privadas na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	129
	Conclusão	131
	Referências.....	131

A EVOLUÇÃO DO PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO BRASIL JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI		135
	Introdução	135
1	O Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição.....	135
2	O Supremo Tribunal Federal como Tribunal da Federação.....	139
3	O Supremo Tribunal Federal como poder moderador.....	141
4	O Supremo Tribunal Federal como Corte Criminal.....	143
	Considerações finais.....	146
	Referências.....	147

A VAQUEJADA, A INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL E O DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE MARCO AURÉLIO MELLO		149
	Introdução	149
1	Os direitos fundamentais na Carta da República.....	150
2	O direito-dever fundamental ao meio ambiente equilibrado.....	152
3	Interpretação constitucional	153

4	O direito fundamental ao meio ambiente equilibrado na jurisprudência do STF	156
5	A inconstitucionalidade da “vaquejada”	158
	Conclusão	160
	Referências.....	161

A INFLUÊNCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO DIREITO PRIVADO: ALGUMAS NOTAS SOBRE A EVOLUÇÃO NO BRASIL

	INGO WOLFGANG SARLET	163
	Introdução	163
1	Breves notas sobre o conteúdo e significado dos direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988.....	166
2	Observações sobre a eficácia dos direitos fundamentais no âmbito do direito privado.....	169
3	A defesa de uma eficácia direta <i>prima facie</i> dos direitos fundamentais na esfera das relações privadas: alguns pressupostos	172
4	Argumentos contrários a uma eficácia apenas indireta e em prol de uma eficácia direta <i>prima facie</i>	174
5	Concretização: a identificação e desenvolvimento de algumas pautas de solução e a apresentação de alguns exemplos	179
	Considerações finais.....	185
	Referências.....	186

O IMPEACHMENT DA PRESIDENTA DILMA E A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA: O PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO, A QUE SERÁ QUE SE DESTINA?

	TUTMÉS AIRAN DE ALBUQUERQUE MELO	191
1	1ª decisão	191
2	2ª e 3ª decisões.....	193
3	4ª decisão	196
4	5ª decisão: a decisão que se (des)espera.....	200
	Referências.....	212

TRIBUTAÇÃO E CIDADANIA

	MANOEL CAVALCANTE DE LIMA NETO	215
	Introdução	215
1	A necessidade de criação de tributos pelo Estado: o Estado Fiscal	215
2	A forma como o estado institui os tributos: o poder de tributar	216
3	A destinação da exigência dos tributos – a materialidade do tributo e o contribuinte ...	217
4	Cidadania: os direitos e os deveres.....	217
5	A cidadania fiscal	219
5.1	Os direitos dos contribuintes.....	219
5.2	Proteções positivas para assegurar direitos sociais.....	221
5.3	A tributação utilizada diretamente para fins de satisfação de direitos.....	223
5.4	O dever na cidadania fiscal e a participação	224
	Conclusão	225
	Referências.....	225

IGUALDADE E IMUNIDADES PARLAMENTARES NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

ALBERTO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA	227
1 As dificuldades no conceito de igualdade.....	227
2 A igualdade no ordenamento jurídico	230
3 Imunidades parlamentares e Sistema Penal.....	232
4 As imunidades parlamentares como garantias institucionais.....	233
5 As imunidades material e formal: diferenças e precisão terminológica	234
6 Imunidades e espaço público no Estado Democrático de Direito.....	236
Referências.....	238

OS POSTULADOS GARANTISTAS E AS IMPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS CRIMINALIZADORAS NOS JULGADOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS E NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

LORENA CARLA SANTOS VASCONCELOS SOTTO-MAYOR	241
Introdução	241
1 Normas constitucionais: regras e princípios – a preocupação com o decisionismo.....	242
2 Os postulados julgados do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas	245
3 Imposições constitucionais criminalizadoras nas decisões do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas	247
4 Garantismo e imposições constitucionais criminalizadoras	250
5 Decisões do Supremo Tribunal Federal e alusões aos princípios limitadores da atividade punitiva estatal ou aos princípios propulsores da atividade punitiva estatal	252
6 O dever de aplicar as imposições constitucionais criminalizadoras	258
Referências.....	258

A DECADÊNCIA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA NO BRASIL

PAULO BONAVIDES	261
------------------------------	-----

DIREITO À AMPLA DEFESA NA LEI SUPREMA BRASILEIRA

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	265
---	-----

COMUNIDADE POLÍTICA EUROPEIA E RAZÃO PÚBLICA: DA CRISE DO EURO À CRISE DO VÉU, O MUNDO DE ONTEM?

ALESSANDRA SILVEIRA	277
Dos mestres e discípulos	277
1 Do mundo de ontem, bruxas e fantasmas	277
2 Da constitucionalização dos tratados à comunidade política europeia	278
3 Da cidadania de direitos à razão pública europeia	281
4 Do “desvelar” da interculturalidade constitucional	284
Considerações finais.....	289
Referências.....	290

NOS QUARENTA ANOS DA CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA: CERTEZAS E PERPLEXIDADES

ANTÓNIO MANUEL HESPAÑA	293
Introdução	293
1 A Constituição nas comunidades políticas da era pós-estadual	294
2 Conteúdos constitucionais	301
3 A antropologia implícita da Constituição.....	302
4 Ainda há lugar para escolhas constitucionais?	306
5 Como construir uma unidade política em sociedades complexas.....	307
Referências.....	309

LA CORRUPCIÓN ¿UN PROBLEMA JURÍDICO O UN ESTADIO SOCIOLÓGICO-MORAL?

ELOY GARCÍA	311
1 Los falsos-amigos y de la necesidad e importancia en ciencias sociales de construir un lenguaje neutral en tiempos de cambio.....	311
2 La corrupción como problema jurídico o como estadio sociológico-moral.....	315
3 Corrupción y cambio político.....	318
Referencias.....	320

GATOS NAS CIDADES: MAIS UM TESTE À VALORAÇÃO DE SERVIÇOS ECOSISTÉMICOS COMO NOVO INSTRUMENTO DE JUSTIÇA AMBIENTAL

ALEXANDRA ARAGÃO	323
1 Gatos urbanos, gatos baldios.....	323
2 <i>Rationes legis</i> da proteção dos animais.....	325
2.1 <i>Ratio</i> : prevenção do risco de extinção de uma espécie.....	326
2.2 <i>Ratio</i> : proibição de usos fúteis dos animais	327
2.3 <i>Ratio</i> : promoção do bem-estar animal	327
3 Lei de Proteção dos Animais	329
4 Lei dos Animais de Companhia.....	331
5 Regime jurídico dos animais vadios.....	333
6 Especismo legislativo?	335
7 Proteção dos gatos urbanos para lá do direito à vida e ao bem-estar animal	337
8 A questão do <i>habitat</i> dos gatos urbanos.....	339
9 Argumentos a favor dos gatos urbanos nas cidades.....	340
10 Por que a abordagem ecossistémica dos gatos urbanos?	342
11 Introdução ao conceito de serviços ecossistémicos	343
12 O procedimento de valoração dos serviços ecossistémicos em três passos.....	345
12.1 Primeiro passo: identificação dos serviços ecossistémicos.....	346
12.2 Segundo passo: valoração dos serviços ecossistémicos.....	347
12.3 Terceiro passo: ponderação dos resultados das alternativas em análise.....	350
Conclusão	350
Referências.....	351

OS PRINCÍPIOS ESTRUTURAIS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA ENTRE
PRETENSÃO NORMATIVA E REALIDADE SOCIAL: ESTADO DEMOCRÁTICO
DE DIREITO (ESTADO SOCIAL – ESTADO FEDERATIVO – ESTADO
AMBIENTAL)

ANDREAS J. KRELL	355
Introdução	355
1 Formação do Estado de Direito e Constitucional no Brasil.....	356
2 Estado de Direito, Constituição e democracia	358
3 Natureza e formatação do Estado Social	361
4 O federalismo brasileiro entre cooperação, competição e controle da União	363
5 O “Estado Ambiental”: <i>fata morgana</i> ou modelo viável para o Brasil?	366
Conclusões e perspectivas.....	370
Referências.....	372

ESTREITOS CAMINHOS ENTRE O CONSTITUCIONALMENTE ADMISSÍVEL E
O EXCESSO: O INSTITUTO DA COLABORAÇÃO PREMIADA E OS PRINCÍPIOS
CONSTITUCIONAIS POSTOS À PROVA – ESTUDO COM FOCO NO DELITO DE
CORRUPÇÃO

KARLA PADILHA REBELO MARQUES	375
Introdução	375
1 Diplomas internacionais: a corrupção e a colaboração premiada.....	376
2 Dos princípios constitucionais postos em xeque (parte I).....	378
3 Alguma doutrina sobre o tema	380
4 Renúncia e restrição a direitos.....	382
5 Legislação brasileira e a colaboração premiada.....	383
6 Ainda sobre direitos fundamentais	385
7 Críticas ao instituto da colaboração premiada.....	386
8 Dos princípios constitucionais postos em xeque (parte II).....	387
9 Princípios constitucionais em relevo	389
10 Benefícios da Lei nº 12.850/2013 para o colaborador.....	390
11 Da colaboração em espécie: prerrogativa ou possibilidade?	391
12 Proibição do excesso e da proteção deficiente	391
13 Em busca de conclusões propositivas	393
Referências.....	395

GOVERNANÇA EM TEMPOS DE CRISE: CONSTITUIR A SOCIEDADE PODE SER
O REMÉDIO CONSTITUCIONAL PARA OS DIREITOS SOCIAIS

AMÉLIA CAMPELO	397
Introdução	397
1 Os direitos sociais e sua sustentabilidade.....	400
1.1 Direitos sociais e crise econômica	400
1.2 Crise social: ausência de participação popular e seus reflexos nos direitos sociais	404
1.3 A experiência brasileira: a centralização excessiva e a falta de planejamento como fatores de entrave ao desenvolvimento	405

1.4	Crise constitucional: as soluções jurídico-constitucionais e a realidade como se apresenta.....	406
2	Concepções do Estado de Direito: do Estado Liberal Formal ao Estado Democrático de Direito	409
2.1	O Estado Liberal dos administrados	411
2.2	O Estado Social dos protegidos.....	411
2.3	O Estado regulador dos clientes.....	412
2.4	O Estado da boa governança dos cidadãos: o Estado ativador e a globalização	414
3	Estado Democrático de Direito.....	415
3.1	Democracia e soberania.....	415
3.2	Cidadania e participação popular.....	417
3.3	Liberdade é escolha – dois reversos da mesma moeda fundidos no mesmo fogo: o conhecimento.....	418
4	Governança: uma forma de governar.....	419
4.1	Origem, significado e princípios	419
4.2	Políticas públicas: uma garantia constitucional.....	422
	Considerações finais.....	424
	Referências.....	424

PRINCÍPIOS POLÍTICOS CONSTITUCIONAIS ESTRUTURANTES DA LIBERDADE RELIGIOSA NO ESTADO BRASILEIRO

	MAGNO ALEXANDRE F. MOURA	427
	Introdução	427
1	A República como forma de governo ideal ao desenvolvimento da liberdade religiosa no Brasil	429
2	A importância das virtudes republicanas em busca da felicidade e seu influxo na liberdade religiosa	431
3	República, democracia e religião	433
4	A luta democrática de separação entre a Igreja e o Estado	434
5	Democracia e secularização	436
6	A democracia e o direito à liberdade religiosa no Brasil	437
7	O princípio da laicidade como princípio dos Estados modernos	438
8	Distinção entre laicidade e laicismo	440
9	A laicidade negativa e a positiva.....	441
10	Distorções sobre Estado laico: o ateísmo, o Estado multirreligioso e o secularismo	443
	Conclusão	444
	Referências.....	445

A WEAK-FORM JUDICIAL REVIEW NO CANADÁ E O DIÁLOGO INSTITUCIONAL JUDICIÁRIO-LEGISLATIVO NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

	ANDERSON SANTOS DOS PASSOS	449
	Introdução	449
1	A <i>Canadian Charter of Rights and Freedoms</i> de 1982	449
1.1	O abandono da supremacia do Parlamento	450

1.2	A rejeição da soberania judicial.....	451
2	A <i>judicial review</i> como instrumento de diálogo entre o legislador e a Corte	454
2.1	O diálogo sequencial canadense	457
2.2	Os resultados.....	465
	Conclusão	466
	Referências.....	466

O NEOCONSTITUCIONALISMO E O CONTROLE EXPANSIVO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: PARÂMETROS PARA A FISCALIZAÇÃO DE SEUS ATOS

CARLOS ALEY SANTOS DE MELO	469
Introdução	469
1 O neoconstitucionalismo no Brasil	470
2 Os caminhos sinuosos da legalidade.....	475
3 O neoconstitucionalismo e o controle dos atos do Poder Público no Brasil.....	478
Conclusão	483
Referências	484

UMA REFLEXÃO SOBRE O FUNDAMENTO ÚLTIMO OU FUNDAMENTO DOS DIREITOS HUMANOS

LEONARDO DE FARIAS DUARTE	487
1 Direitos naturais, direitos humanos e direitos fundamentais.....	487
2 Problemas relacionados ao fundamento (absoluto) dos direitos humanos.....	487
3 Fundamentos (possíveis) dos direitos humanos	489
3.1 Um fundamento formal ou histórico.....	489
3.2 Um fundamento material: a dignidade da pessoa humana.....	490
4 A falta de fundamento dos direitos humanos.....	491
5 A necessidade de um fundamento último ou fundamento dos fundamentos dos direitos humanos.....	491
6 Jusnaturalismos, juspositivismos e algumas correntes ditas pós-positivistas	492
7 Reflexão sobre a (im?)possibilidade e necessidade de um fundamento último ou fundamento dos fundamentos dos direitos humanos	499
Conclusão	501
Referências.....	502

A GUARDA COMPARTILHADA: UM MODELO A IMPOR?

ANA FLORINDA MENDONÇA DA SILVA DANTAS	505
Introdução	505
1 Antecedentes históricos da guarda compartilhada.....	507
2 A guarda compartilhada e as principais razões apontadas para justificar sua aplicação impositiva	510
3 Os litígios entre os pais: obstáculo à aplicação da guarda compartilhada?	513
4 Guarda compartilhada e pensão alimentícia.....	516
Conclusão	517
Referências.....	518

**UNIÃO ESTÁVEL (BRASIL) X UNIÃO DE FACTO (PORTUGAL):
ALGUMAS NOTAS SOBRE FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS,
NATUREZA JURÍDICA E CONCEITO**

WLADEMIR PAES DE LIRA	521
Notas introdutórias	521
1 Alguns apontamentos sobre a evolução histórica da união estável: do concubinato à união estável no Brasil	522
2 Alguns apontamentos sobre a evolução histórica da união de facto em Portugal: antes e depois da Lei nº 135/99	523
3 Previsão constitucional e legal da união estável e da união de facto	525
3.1 No Brasil	526
3.2 Em Portugal.....	528
4 Algumas notas sobre natureza jurídica.....	536
5 À guisa de conceito	537
Notas conclusivas	539
Referências.....	540

**A REVOLUÇÃO SILENCIOSA E OS LIMITES DA TRANSIÇÃO
CONSTITUCIONAL**

FRANCISCO TAVARES NORONHA NETO	543
1 Da Revolução à Constituição	543
2 O paradoxo da democracia e as mutações constitucionais	545
3 Justificação da transição constitucional.....	546
4 Meios de operacionalização da transição constitucional.....	549
4.1 Transição constitucional por meio da interpretação	549
4.2 Transição constitucional por meio do processo legislativo.....	550
4.3 Transição constitucional por via de costume	551
5 Causas da transição constitucional	552
5.1 Mudança na realidade de fato	552
5.2 Mudança da percepção do direito	553
6 Limites da transição constitucional	554
7 Da Constituição à revolução silenciosa.....	556
Referências.....	557

SOBRE OS AUTORES	559
-------------------------------	-----